

Emigrantes portugueses ignoram novas realidades de Angola e Moçambique

Antropóloga manifestou-se em Coimbra preocupada com risco de uma “nova fractura” entre povos

■ A antropóloga moçambicana Paula Meneses manifestou-se ontem preocupada com o «grande desconhecimento» que os portugueses que estão a emigrar para Moçambique e Angola revelam desses países, podendo estar a criar-se uma «nova fractura» entre povos.

«A realidade destes países mudou muito (desde a independência) e esta tentativa de aproximação a Moçambique e a Angola com um grande desconhecimento preocupa-me», disse a investigadora do Centro de Estudos

Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, que ontem interveio no “Encontro sobre Inclusão Social e Cidadania”, organizado pela Casa de Moçambique em Coimbra.

Na sua opinião, «o risco que se pode correr é de uma nova fractura, de pessoas que vão com grandes expectativas dizerem que são mal recebidas, porque não há conhecimento do que mudou do lado de lá».

Por outro lado, acrescentou, naqueles países africanos, «não se criaram as condições para acolher» os portugueses que enca-

ram a emigração para aqueles países como uma saída para a crise que enfrentam em Portugal.

A investigadora do CES, que actualmente trabalha em debates pós-coloniais e no pluralismo jurídico no contexto africano, considera que a língua portuguesa deve ser um «elemento de aproximação e ligação entre os países» mas questiona se o novo acordo ortográfico não estará a ir em sentido contrário.

«O Português tem-se desenvolvido do ponto de vista de gramática e estruturas, voltar a colonizá-

lo, domesticá-lo através de um acordo é algo que me parece um pouco problemático», afirmou.

Paula Meneses diz ter dúvidas se os países africanos terão capacidade de implementar o novo Acordo Ortográfico de língua portuguesa, que este ano começou a ser adoptado nas escolas em Portugal.

«Além de ser oneroso é um bocado esquizofrénico tentar construir isto como um momento único e obrigatório de falarmos e redigirmos todos da mesma maneira», considerou, sublinhando que o Acordo obrigará à realização de cerca de 40 acordos ortográficos sobre as outras línguas nacionais faladas nos países africanos. |